

exemplificam uma palavra-tipo (o universal Particular, digamos); um animal específico (Rover, um particular) exemplifica uma categoria natural (o universal Cão, digamos); e eventos específicos, como a Exposição Mundial de Sevilha de 1993 e a Exposição Mundial de Lisboa de 1998 (particulares), exemplificam um certo tipo de evento (o universal Exposição Mundial, digamos).

É famosa a alegação de que a noção de exemplificação, se for tomada como dizendo respeito a uma relação genuína, envolve uma REGRESSÃO *AD INFINITUM* (Ryle 1971). Considere-se um caso particular de exemplificação, por exemplo, a exemplificação da propriedade de ter bebido a cicuta por Sócrates. A relação de Exemplificação é ela própria um universal, e assim esse caso particular de exemplificação tem de exemplificar o universal em questão. Mas isso dá origem a um novo caso particular de exemplificação, o qual (de novo) tem de exemplificar a Exemplificação. E assim por diante *ad infinitum*. Todavia, o facto de a alegação ser famosa não a torna cogente, e há diversas maneiras de bloquear o putativo regressus (Armstrong 1989: 108–110).

O termo «exemplificação» é igualmente usado, numa acepção diferente mas de algum modo relacionada com aquela, para descrever certas formas de raciocínio do geral para o singular; por exemplo, a inferência de «Sócrates é físico» a partir da premissa «Tudo é físico» é um caso da forma de inferência também conhecida como «exemplificação universal», dada no esquema $\forall x \Phi x \vdash \Phi t$ (em que t é um termo e Φt resulta de Φx por substituição de todas as ocorrências de x por t). *Ver também* PROPRIEDADE, TIPO/ESPÉCIME. JB

Armstrong, D. M. 1989. *Universals*. San Francisco e Londres: Westview Press.

Ryle, G. 1971. Plato's Parmenides. In *Collected Papers*. Londres: Hutchinson.

exemplificação existencial O mesmo que ELIMINAÇÃO DO QUANTIFICADOR EXISTENCIAL.

exemplificação universal O mesmo que ELIMINAÇÃO DO QUANTIFICADOR UNIVERSAL.

existência As seguintes três questões, as quais estão estreitamente relacionadas entre si, têm sido discutidas sob a rubrica «existência» na lógica filosófica e na metafísica logicamente disciplinada, disponíveis a partir de Gottlob Frege (algumas delas foram mesmo discutidas antes, embora não exactamente nas formulações dadas em seguida):

I. Qual é a forma lógica de afirmações de existência (e de não existência)? É habitual distinguir três géneros principais de frases, acerca das quais não se deve excluir à partida que possam vir a receber tratamentos díspares.

a) Frases existenciais singulares nas quais o predicado gramatical «existe», precedido ou não por «não», é combinado com um termo singular logicamente simples, em especial um nome próprio; exemplos são dados em frases como «Homero existe» e «Vulcano não existe». b) Frases existenciais singulares nas quais o predicado gramatical «existe», precedido ou não por «não», é combinado com um termo singular logicamente complexo, em especial uma descrição definida singular; exemplos são dados em frases como «O autor de *A Iliada* existe» e «O décimo planeta do sistema solar não existe». c) Frases existenciais gerais, nas quais o predicado gramatical «existe», precedido ou não por «não», é combinado com um termo geral (ou predicado monádico) simples ou complexo; exemplos são dados em frases como «Mamíferos com asas existem» e «Unicórnios não existem». Destas categorias de frases existenciais, as do tipo A são tidas como bastante problemáticas, em particular aquelas frases existenciais singulares negativas que são intuitivamente verdadeiras; ao passo que as do tipo C (e, em menor grau, também as do tipo B) são tidas como relativamente pouco problemáticas (embora, como vamos ver, isto necessite de alguma qualificação).

Para simplificar, parto de uma interpretação «intemporal» da forma verbal *existe*. Nessa interpretação, as frases da forma « a existe» e

existência

「existem F^1 », em que a é um termo singular e F um termo geral, são entendidas no sentido de (respectivamente) 「 a existiu, existe presentemente ou virá a existir」 e 「existiram, existem presentemente ou virão a existir F^1 ». Por conseguinte, uma elocução na presente ocasião de uma frase como «Aristóteles existe» deve ser considerada como verdadeira, apesar de o filósofo Aristóteles (a pessoa referida por «Aristóteles») já não estar entre os vivos na altura da elocução; e o mesmo acontece com uma elocução presente de uma frase como «Os dinossáurios existem». Nada de importante dependerá desta suposição.

II. Um segundo tópico central, conectado com o tópico anterior, consiste em determinar se a existência é invariavelmente uma propriedade de ordem superior, um atributo exemplificável apenas por atributos de coisas, indivíduos, ou particulares; ou se é antes, ou pode ser, uma propriedade de primeira ordem, um atributo exemplificável directamente por coisas, indivíduos, ou particulares.

Esta questão é muitas vezes formulada da seguinte maneira, no modo formal ou linguístico, como uma questão acerca de determinadas propriedades lógicas e semânticas do predicado «existe» (o que pode bem não ser o mesmo problema; ignoro aqui, no entanto, a complicação). É a palavra «existe» invariavelmente um predicado de segunda ordem, cujo comportamento é semelhante ao de predicados como «está em vias de extinção» ao ocorrer em frases como «O tigre siberiano está em vias de extinção», «é numeroso» ao ocorrer em frases como «as pessoas de cabelo ruivo desta sala são numerosas», e «é raro» ao ocorrer em frases como «os políticos honestos são raros»? Repare-se que nesta última afirmação, por exemplo, a propriedade de ser raro não é obviamente predicada de cada uma das pessoas que exemplificam a propriedade de ser um político honesto; aquela propriedade é antes uma propriedade de ordem superior, predicada da propriedade de ser um político honesto (aquilo que é predicado desta última propriedade é a propriedade de ser uma propriedade

exemplificada por muito poucas pessoas).

Uma tradição respeitável, a qual inclui gente como Frege e Bertrand Russell (bem como, na filosofia clássica, Kant e Hume), dá respostas afirmativas a questões daquela natureza e subscreve a doutrina de que a existência não é um predicado ou atributo de particulares. A doutrina é por vezes posta ao serviço de «causas nobres»: ela é notoriamente usada como premissa em alegadas refutações do chamado ARGUMENTO ONTOLÓGICO a favor da existência de Deus.

Ou, pelo contrário, funciona a palavra «existe», pelo menos por vezes, como um predicado de primeira ordem no sentido lógico (e não gramatical) do termo, ou seja, como um predicado aplicável a, ou verdadeiro de, indivíduos? Ou seja, é o comportamento lógico e semântico de «existe» semelhante, pelo menos em alguns casos, ao de predicados monádicos habituais como «é azul», «é rectangular», e «pesa 80 quilos»? Uma tradição não menos respeitável, a qual inclui gente como John Mackie, Saul Kripke e David Kaplan (bem como, na filosofia clássica, Anselmo e Descartes), dá respostas afirmativas a questões desta natureza e subscreve a doutrina de que a existência é um predicado ou atributo de particulares.

O tópico II é muitas vezes assimilado à questão de saber se o conceito de existência, tal como expresso pelas nossas expressões correntes de existência, é plenamente captado pelo quantificador existencial objectual da lógica clássica; mas, como veremos, tal assimilação não é completamente correcta.

III. Finalmente, uma terceira questão diz respeito à conexão entre os conceitos de existência e ser, caracterizando-se este último conceito vagamente de modo a abranger todas as entidades, e categorias de entidades, admissíveis; em suma, tudo o que há.

É a existência apenas um departamento específico do ser, compreendendo naturalmente apenas aquelas entidades que de alguma maneira são susceptíveis de uma localização no espaço e no tempo? Haverá, por conseguinte, coisas ou entidades que, no entanto, não existam?

tem (por exemplo, objectos abstractos como números e proposições, ou seres ficcionais como cavalos alados e esfinges)? Uma determinada tradição, com origem no filósofo austríaco Meinong (1960) e cujo expoente actual mais conhecido é o filósofo americano Parsons (1980), defende que sim, que há objectos não existentes; entre tais objectos Meinong inclui a Fonte da Juventude, a Montanha Dourada, o actual rei de França, centauros e mesmo *impossibilia* como quadrados redondos e homens magros gordos.

Outros filósofos, entre os quais estão Russell e Willard Quine, defendem que não e subscrevem a doutrina rival segundo a qual ser e existência coincidem, isto é, a doutrina de que existe tudo aquilo que há; ou ainda, numa formulação talvez mais obscura mas também mais tradicional, a doutrina de que existe tudo aquilo que é. Mas, nesse caso, e se não quisermos de forma alguma ser NOMINALISTAS, será que devemos admitir objectos abstractos entre os existentes, utilizando assim um conceito de existência cuja subsunção por algo não implique uma sua identificação possível no espaço-tempo?

Tomarei o tópico I como *pivot*; e, no decurso da sua discussão, direi alguma coisa sobre os tópicos relacionados, II e III. É sensato começar pelo caso mais simples, o qual é sem dúvida o de frases da categoria C referida. Tomemos como exemplares dessa categoria as frases existenciais gerais, afirmativa e negativa: 1) Mamíferos voadores existem; 2) Unicórnios não existem.

Um ponto de vista bastante divulgado é o de que a forma lógica de frases deste género é correctamente especificada pelas formalizações que habitualmente recebem na lógica clássica de primeira ordem, as quais são respectivamente as seguintes (bastante frequentes nos usuais compêndios de lógica): 1*) $\exists x (Mx \wedge Vx)$; 2*) $\neg \exists x Ux$; as letras predicativas monádicas M , V , U correspondem aqui aos predicados monádicos «é um mamífero», «voa», e «é um unicórnio». A intuição de que 1 e 2 exprimem ambas verdades é imediatamente sancionada sem quaisquer problemas por regimentações deste

tipo. Naturalmente, teríamos exactamente as mesmas simbolizações para frases como (respectivamente) «Há mamíferos voadores» e «Não há unicórnios», as quais poderiam assim ser vistas como meras reformulações de 1 e 2, talvez mais próximas do coloquial.

Neste ponto de vista, o verbo *existir* não é, pelo menos no que respeita ao género de contextos em questão, um predicado no sentido lógico do termo; ou seja, não é de forma alguma simbolizável por meio de uma letra predicativa monádica da linguagem da lógica de primeira ordem. Assim, no que respeita à forma lógica, «existem» não se comporta em 1 e 2 como, por exemplo, «fazem barulho» e «voam» se comportam em frases como «Mamíferos voadores fazem barulho» e «Unicórnios não voam». Nas formalizações propostas, o verbo «existir» tem como contraparte o quantificador existencial, \exists , o qual pode aí ser visto como um predicado de segunda ordem caracterizado da seguinte maneira. Trata-se daquele predicado que é verdadeiro de um dado predicado de primeira ordem F se, e só se, F é verdadeiro de pelo menos um indivíduo num dado domínio de indivíduos (equivalentemente, se, e só se, a EXTENSÃO de F nesse domínio não é vazia). Se preferirmos o modo ontológico, podemos dizer que a \exists está associada a uma propriedade de segunda ordem caracterizada da seguinte maneira: é aquela propriedade que é exemplificada por uma dada propriedade de primeira ordem, Ψ , se, e só se, Ψ é exemplificada por pelo menos um item. Ou ainda, se preferirmos a formulação clássica de Frege, podemos dizer que a \exists está associado um conceito de segunda ordem caracterizado da seguinte maneira: é aquele conceito que é subsumido por um dado conceito de primeira ordem C se, e só se, pelo menos um objecto cai sob C . Assim, por exemplo, a frase 2 estabelecerá o seguinte (afirmando, de acordo com as preferências ontológicas de cada um, algo acerca de predicados, ou acerca de propriedades, ou acerca de classes, ou acerca de conceitos): que o predicado monádico «unicórnio» não se aplica a nada; que a propriedade de ser

existência

um unicórnio é exemplificada por nenhum item; que a classe dos unicórnios é vazia; ou que nenhum objecto cai sob o conceito de primeira ordem unicórnio.

Um problema que este ponto de vista tem aparentemente de enfrentar é simplesmente o de que uma frase como 1 parece afirmar algo directamente acerca de certas criaturas, mamíferos voadores, e não algo acerca de um conceito, uma classe, um predicado, ou uma propriedade. Uma pessoa pode bem acreditar que mamíferos voadores existem sem que essa sua crença seja uma crença acerca de um conceito, uma classe, um predicado, ou uma propriedade; a pessoa em questão pode bem ser céptica quanto à existência de entidades dessas, ou pura e simplesmente não ser sofisticada ao ponto de ter o conceito de um conceito, de uma classe, de um predicado, ou de uma propriedade.

Em todo o caso, uma determinada generalização do ponto de vista a frases existenciais singulares dos tipos A e B, a qual foi de algum modo proposta por Frege e Russell, teria as seguintes consequências (se fosse correcta). Relativamente ao tópico II, uma vindicação da doutrina de que a existência não é (nunca) um predicado de coisas. E, relativamente ao tópico III, uma vindicação da doutrina de que não há qualquer distinção admissível a fazer entre existir e ser (ou subsistir): tanto as expressões correntes do ser («há») como as da existência («existe») seriam exaustivamente representáveis pelo quantificador existencial; e a afirmação «Há coisas que não existem» adquiriria, por conseguinte, o estatuto de uma AUTOCONTRADIÇÃO. Por uma questão de conveniência, referir-nos-emos à generalização intencionada como concepção russelliana da existência; e regressaremos a ela mais adiante.

Todavia, as formalizações no estilo de 1* e 2*, apesar de suscitarem um elevado grau de consenso, não são de modo algum obrigatórias e a concepção genérica descrita pode ser posta em causa. Com efeito, pode-se defender a ideia de que a forma lógica de frases como 1 e 2 é antes dada em formalizações do seguinte género (reconhecidamente pouco canónicas, pelo

menos a julgar pela frequência com que ocorrem nos compêndios de lógica habituais): 1**) $\exists x [(Mx \wedge Vx) \wedge Ex]$; 2**) $\exists x (Ux \wedge \neg Ex)$; aqui M, V, U são interpretadas como anteriormente, mas há uma nova letra predicativa monádica, E, a qual corresponde ao predicado gramatical «existem».

Poder-se-ia pensar em utilizar fórmulas condicionais quantificadas universalmente, em vez de conjunções quantificadas existencialmente, representando assim 1 e 2 como proposições universais, afirmativa a primeira e negativa a segunda; e espelhando assim, aparentemente, a gramática de superfície das frases. O problema é o de que, dadas as características semânticas do operador de condicional material, uma fórmula como $\forall x (Ux \rightarrow Ex)$, a qual simbolizaria nesse caso a frase intuitivamente falsa «Unicórnios existem», seria verdadeira numa interpretação na qual não houvesse unicórnios no domínio de quantificação. E este é um resultado claramente indesejável pois seria de esperar, do ponto de vista da doutrina sob consideração, que do facto de não haver unicórnios se seguisse simplesmente a não existência de unicórnios: aquilo que não subsiste também não existe. Uma alternativa possível seria a de abdicar da quantificação clássica, bem como da maneira associada de formalizar proposições universais, e utilizar antes quantificadores binários (*ver* QUANTIFICAÇÃO GENERALIZADA). Estes teriam de ser dotados de uma semântica tal que uma fórmula como $Ux (Ux ; Ex)$, que simbolizaria «Unicórnios existem» e em que U é o quantificador universal binário, fosse falsa numa interpretação cujo domínio não contivesse unicórnios. Formalizações adequadas de 1 e 2 poderiam ser então dadas (respectivamente) nas fórmulas $Ux (Mx \wedge Vx ; Ex)$ e $Ux (Ux ; \neg Ex)$.

À luz daquele tipo de proposta, 1 e 2 já não são equivalentes a «Há mamíferos com asas» e «Não há unicórnios», cujas regimentações são agora dadas precisamente nas fórmulas 1* e 2* (respectivamente); de facto, 2** teria uma interpretação natural na qual seria avaliada como verdadeira, ao passo que 2* seria avalia-

da como falsa nessa interpretação. No ponto de vista subjacente ao estilo de formalizações 1** e 2**, o verbo «existir» é realmente um predicado no sentido lógico do termo, ou seja, é simbolizável por meio de uma letra predicativa monádica da linguagem da lógica de primeira ordem; assim, no que respeita à forma lógica, «existem» comporta-se de facto em 1 e 2 exactamente como, por exemplo, «fazem barulho» e «voam» se comportam em frases como «Mamíferos voadores fazem barulho» e «Unicórnios não voam». Nas formalizações propostas, o verbo «existir» não tem de forma alguma como contraparte o quantificador existencial, \exists , cujas variáveis ligadas tomam antes valores sobre o domínio mais inclusivo do ser, a totalidade daquilo que há ou daquilo que subsiste; aquele verbo funciona como um predicado genuíno, um predicado directamente aplicável a coisas, mas verdadeiro de apenas algumas coisas de entre a totalidade das coisas que há.

Uma determinada generalização deste ponto de vista a frases existenciais singulares dos tipos *a* e *b*, a qual é de algum modo proposta por Meinong e seus seguidores, teria as seguintes consequências (se fosse correcta). Relativamente ao tópico II, uma vindicação da doutrina de que a existência é invariavelmente um predicado de particulares. E, relativamente ao tópico III, uma vindicação da doutrina de que há uma distinção substantiva a fazer entre existência e ser, sendo aquela uma simples província deste. O domínio de quantificação é, recorrendo a uma expressão de Heidegger (a qual não é, obviamente, usada por ele desta maneira!), a «casa do ser». E aquilo que faz o predicado de primeira ordem, «existe», é extrair desse domínio a classe daqueles objectos que têm o atributo especial da existência. Há assim um divórcio entre a expressão «há», representável pelo quantificador existencial, e «existe», representável pelo predicado monádico *E*. Consequentemente, a afirmação «Há coisas que não existem», formalizável como $\exists x \neg Ex$, não exprime já uma autocontradição, mas antes uma verdade importante; trata-se de uma consequência lógica, por generalização existencial,

da verdade expressa por uma frase como «Pégaso não existe». Por uma questão de conveniência, referir-nos-emos à generalização intencionada como concepção meinongiana da existência; e regressaremos a ela mais adiante.

Consideremos agora o caso de afirmações existenciais singulares da categoria B, e tomemos as seguintes frases como representativas dessa categoria: 3) «O actual rei de Inglaterra existe»; 4) «O décimo planeta do sistema solar não existe». A intuição relativamente a estas frases, intuição essa que qualquer teoria adequada deve de algum modo sancionar ou explicar, é a de que, dada a maneira como o mundo é, a frase afirmativa 3 exprime uma falsidade e a frase negativa 4 uma verdade. Com efeito, a este último respeito, no fim do séc. XIX os astrónomos julgaram ter descoberto mais um planeta no sistema solar e chamaram-lhe «Vulcano»: muito provavelmente, ou pelo menos assim o supomos, não existe um tal planeta; e, em relação a 3, tudo indica que o presente monarca inglês não é do sexo masculino.

Uma das maneiras mais conhecidas de realizar a estratégia aludida de subsumir o caso de frases deste género no caso de frases da categoria C, de modo a vindicar também aí a tese de que a existência não é um predicado, é aquela cujo traço distintivo é um recurso à TEORIA DAS DESCRIÇÕES de Russell. (Não considerarei aqui um processo diferente que pode ser seguido para o mesmo propósito, o qual se inspira nas ideias de Frege.) *Grosso modo*, a teoria das descrições de Russell trata o artigo definido no singular «o», «a», tal como ocorre em frases declarativas da forma $\ulcorner O(a) F \text{ é } G \urcorner$ (em que *F* e *G* são predicados monádicos), como um quantificador existencial ao qual é, no entanto, acrescentada uma condição de unicidade (ou seja, uma condição a ser satisfeita por uma, e só por uma, coisa). Assim, frases daquela forma são interpretadas como estabelecendo o seguinte: há um objecto (num dado domínio de objectos) que satisfaz o predicado *F*, mais nenhum objecto (nesse domínio) satisfaz *F*, e o objecto em questão satisfaz o predicado *G*. E a formalização que tais frases usualmente rece-

existência

bem na linguagem da lógica de primeira ordem com identidade é a dada na fórmula $\exists x [Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x) \wedge Gx]$. Ilustrando, a frase portuguesa «O actual Presidente da República Portuguesa é do Sporting» é, simplificando um pouco, simbolizável como $\exists x [Px \wedge \forall y (Py \rightarrow y = x) \wedge Sx]$ (com as letras predicativas P e S a corresponderem aos predicados «é presente-mente um Presidente da República Portuguesa» e «é do Sporting»).

Uma característica importante da teoria de Russell é a de que, por seu intermédio, é possível eliminar de forma elegante como espúrios alegados compromissos ontológicos com putativas entidades designadas por descrições definidas ao ocorrerem em frases na posição de sujeito gramatical. Com efeito, a forma gramatical não é aqui, como em muitos outros casos, um guia fidedigno para discernir a forma lógica. A forma lógica de uma frase do tipo «O F é G» não é, como é de certo modo sugerido pela sua forma gramatical, idêntica à de uma frase do tipo «NN é G», em que NN é um nome próprio. Da verdade de uma frase do último género segue-se, à luz da semântica habitual, que há um certo item designado pelo nome NN e que esse item satisfaz o predicado G. Porém, a verdade de uma frase do tipo «O F é G» não tem tais consequências; pois não se trata, na realidade, de uma predicacão monádica, mas antes de uma quantificação existencial de um certo tipo. Assim, por exemplo, da verdade de uma frase que contenha a descrição «O filósofo português que bebeu a cicuta» na posição de sujeito gramatical não se segue necessariamente qualquer admissão, na nossa ontologia, de uma putativa pessoa possível como o filósofo português que bebeu a cicuta a qual é alegadamente mencionada pela descrição e a qual satisfaz o material restante contido na frase.

No caso particular de frases em que «existe» ou «não existe» aparecem na posição do predicado G, as formalizações são mais simples; basta ter em conta, de acordo com o ponto de vista sob consideração, a redundância conceptual da condição de existência em relação à quantificação. Assim, frases da forma geral «O

F existe» e «O F não existe» recebem as seguintes formalizações (respectivamente): $\exists x [Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x)]$, que se pode ler: «Há um, e apenas um, F»; e $\neg \exists x [Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x)]$, que se pode ler: «Ou não há nenhum F, ou então há mais do que um F». Note-se, em relação ao último caso, que não há lugar para uma interpretação admissível da negação em que a esta é dada âmbito curto relativamente ao quantificador existencial: a fórmula $\exists x [Fx \wedge \neg \forall y (Fy \rightarrow y = x)]$, a qual se pode ler «Há mais do que um F», é claramente insuficiente como formalização de «O F não existe». Também aqui, e agora com especial relevância, da verdade de uma frase como «O filósofo português que bebeu a cicuta não existe» não se segue de forma alguma que haja uma pessoa, o filósofo português que bebeu a cicuta, designada pela descrição «O filósofo português que bebeu a cicuta» e que satisfaz o predicado «não existe». Quine formula o ponto dizendo que a teoria das descrições de Russell permite erradicar definitivamente a falácia «infame» a que ele dá o nome de «barba de Platão» (Quine 1980). Trata-se da transição aparentemente ilegítima que consiste em inferir a conclusão de que o não ser (o filósofo português que bebeu a cicuta) tem de algum modo de ser, a partir da premissa de que, se tal não fosse o caso, então não poderíamos sequer dizer com verdade que o não ser não é (afirmar que o filósofo português que bebeu a cicuta não existe).

Deve-se observar, no entanto, que nem toda a frase portuguesa da forma «O F (não) existe» é susceptível de ser analisada à maneira de Russell. Excepções são dadas em frases como, por exemplo, «O panda vermelho existe» e «O urso polar castanho não existe». De facto, frases destas são antes subsumíveis na categoria C, uma vez que são plausivelmente parafraseáveis como «Há pandas vermelhos» e «Não há ursos polares castanhos». Em todo o caso, tais excepções não parecem representar qualquer problema para o ponto de vista de Russell. Aparentemente, o mesmo não se pode dizer de afirmações da forma «O F existe» em que a descrição definida «O F» é usada referencial-

mente (*ver* ATRIBUTIVO/REFERENCIAL); o exemplo de Mackie é uma frase do género «Pouca gente sabe que a enseada que descobrimos ontem existe» (Mackie 1976: 250). Todavia, como é sabido, o problema é mais geral, não sendo de forma alguma específico de afirmações de existência.

Aplicando agora o aparato conceptual da teoria das descrições às frases 3 e 4, a ideia é então a de que a forma lógica dessas frases é especificada nas formalizações 3*) $\exists x [Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow y = x)]$; 4*) $\neg \exists x [Dx \wedge \forall y [Dy \rightarrow y = x]]$, em que as letras predicativas R, D correspondem aos predicados «é presentemente um Rei de Inglaterra» e «é um décimo planeta do sistema solar» (os quais, para simplificar, se tomam como predicados logicamente simples). E a intuição de que 3 é falsa e 4 é verdadeira é plenamente preservada: no primeiro caso, porque nada satisfaz R; no segundo, porque nada satisfaz D. Neste estilo de formalizações, o verbo «existir» tem como contraparte o quantificador existencial, \exists , o qual pode aí continuar a ser visto como um predicado de ordem superior caracterizado de qualquer das maneiras delineadas; o único elemento novo, em relação à simbolização de frases da categoria C, é a condição de unicidade, a qual é introduzida pelo artigo definido singular e representada, nas formalizações proporcionadas, por meio de uma combinação de quantificação universal e identidade. Assim, recorrendo à terminologia fregeana, poderíamos dizer, por exemplo, que a frase 4 é acerca de um conceito, o conceito *Actual Rei de Inglaterra*, e estabelece que sob esse conceito cai um único objecto (o que não se verifica). Em suma, em contextos do tipo ilustrado pelas frases 3 e 4, a palavra «existe» funciona exactamente como funciona em contextos do tipo ilustrado pelas frases 1 e 2, como um predicado de ordem superior (o quantificador existencial).

Porém, a estratégia geral de subsunção da categoria B de frases na categoria C pode igualmente ser prosseguida, do ponto de vista de Meinong, precisamente na direcção oposta: com vista a vindicar também aí a tese de que a

existência é invariavelmente um predicado de particulares, bem como a concepção associada da existência como subclasse própria do ser.

Dada, nesse ponto de vista, a não redundância conceptual da condição de existência em relação à quantificação, a qual percorre o domínio mais vasto do ser, formalizações possíveis que se sugerem naturalmente para frases da forma geral 'O F existe' e 'O F não existe' são as seguintes (para efeitos de comparação, conservo o estilo geral de regimentação russelliana anteriormente introduzido; embora tal não seja de forma alguma obrigatório): Para o primeiro caso, temos a fórmula $\exists x [Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x) \wedge Ex]$, que se pode ler: «Há um, e apenas um F, e ele existe». Para o segundo caso, há uma complicação porque aquela forma é ambígua entre as seguintes interpretações: uma em que a negação é externa, a qual é dada na fórmula $\neg \exists x [Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x) \wedge Ex]$, que se pode ler: «Não se dá caso de haver um, e apenas um F e ele existir»; e outra em que a negação é interna, a qual é dada na fórmula $\exists x [Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x) \wedge \neg Ex]$, que se pode ler: «Há um, e apenas um F e ele não existe». Todavia, se a doutrina meinongiana for caracterizada da maneira tradicional, como subscrevendo algo como a barba de Platão, então é a segunda interpretação que serve esse propósito. Escusado será dizer, a barba de Platão já não é vista como uma falácia nessa doutrina, desde que seja submetida à seguinte reformulação: «O que não existe tem, de algum modo, de ser; caso contrário, não poderíamos sequer afirmar com verdade a seu respeito que não existe». Com efeito, só naquele género de interpretação é que a verdade de uma frase da forma 'O F não existe' implica logicamente que há algo como o F, ou que o F é (ou subsiste); a primeira interpretação não tem, claramente, tais consequências. Por exemplo, da verdade de uma frase como «O filósofo português que bebeu a cicuta não existe» segue-se que há uma pessoa possível, o filósofo português que bebeu a cicuta, mas não existente (desde que seja atribuído âmbito curto ao «não»); e, sob a mesma suposição, uma consequência lógica mais geral

existência

dessa frase é a tese meinongiana de que há coisas que não existem.

Aplicando agora estas considerações às frases 3 e 4, a ideia é então a de que a forma lógica dessas frases é dada nas formalizações 3**) $\exists x [Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow y = x) \wedge Ex]$; 4**) $\exists x [Dx \wedge \forall y (Dy \rightarrow y = x) \wedge \neg Ex]$, em que as letras predicativas R, D, E têm as correspondências anteriores. A intuição de que 3 é falsa e 4 é verdadeira é também aqui preservada: no primeiro caso, porque, presumivelmente, um e um único objecto satisfaz R mas não satisfaz E; no segundo, porque, presumivelmente, um e um só objecto satisfaz D mas não satisfaz E. Neste estilo de formalizações, o verbo «existir» é um predicado de primeira ordem, um predicado simbolizável por meio de uma letra predicativa monádica cuja extensão, relativamente a uma interpretação, é uma certa classe de particulares: uma subclasse do domínio mais inclusivo do ser onde as variáveis quantificadas tomam valores. O único elemento novo, em relação à simbolização de frases da categoria C, é a condição de unicidade, a qual é introduzida pelo artigo definido singular e representada, nas formalizações proporcionadas, por meio de uma combinação de quantificação universal e identidade.

Consideremos agora o caso, mais delicado, de afirmações de existência do tipo A; e tomemos as seguintes frases como representativas da categoria: 5) «Homero existe»; 6) «Vulcano não existe». A intuição relativamente a estas frases, intuição essa que qualquer teoria adequada deve de algum modo sancionar ou explicar, é a de que, dada a maneira como o mundo é, a frase afirmativa 5 e a frase negativa 6 são ambas verdadeiras (ou, pelo menos, é isso que vamos admitir). Vejamos como é que as duas famílias de doutrinas da existência consideradas até ao momento, a russelliana e a meinongiana, se comportam relativamente a frases existenciais do tipo A. Antecipando um pouco, uma vantagem desses pontos de vista reside no facto de, pelo menos a julgar pelas aparências, cada um deles dar conta dessa categoria problemática de frases de uma forma elegante e eficaz.

Recordemos que a estratégia russelliana

para a categoria B de frases era simplesmente a de subsumi-la na categoria C *via* teoria das descrições. Ora, a estratégia russelliana para a categoria A de frases é precisamente a de subsumi-la na categoria B. Obtém-se assim uma redução indirecta à categoria central C e vindica-se assim, em geral, a doutrina de que a existência não é um predicado. A subsunção em questão é executada através de um recurso a uma doutrina semântica geral acerca de nomes próprios habituais ou correntes, bem como acerca de outros tipos de designadores simples (por exemplo, certas palavras INDEXICAIS); convém observar que nomes próprios correntes são, habitualmente, nomes de particulares espaciotemporais, por exemplo, pessoas, cidades, rios, animais domésticos, artefactos, etc. Essa doutrina é explicitamente adoptada por Russell e é conhecida como «teoria descritivista do significado de nomes próprios» (*ver REFERÊNCIA, TEORIAS DA*). A ideia é basicamente a de que qualquer nome próprio corrente é, na realidade, uma abreviatura de uma certa descrição definida singular (tomada em uso atributivo); na terminologia de Russell, nomes próprios correntes são descrições disfarçadas ou truncadas. Ou seja, cada frase da forma «NN é G», em que NN é um nome próprio corrente, é analisável em termos de uma frase da forma «O (a) F é G», em que «O (a) F» é uma determinada descrição definida que NN abrevia; supõe-se a este respeito, por um lado, que a descrição em questão é associada com o nome por utilizadores competentes deste, e, por outro, que o item (caso exista) que a satisfaz é o referente do nome. Naturalmente, a pretensão é a de que cada frase do tipo «NN é G» é sinónima de, ou analiticamente equivalente a, uma frase do tipo «O (a) F é G».

No caso de frases em que «existe» ou «não existe» aparecem na posição do predicado G, as formalizações russellianas são obtidas em dois estádios. Frases da forma «NN existe» e «NN não existe» são, em primeiro lugar, analisadas em termos de certas frases da forma «O F existe» e «O F não existe»; e depois, após a aplicação a estas últimas do tratamento geral dado a

frases do tipo B, são alcançadas as formalizações finais $\exists x [Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x)]$ e $\neg \exists x [Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x)]$: estas formalizações são vistas como proporcionando a forma lógica das frases originais. Assim, supondo que os nomes correntes «Homero» e «Vulcano» são contracções de descrições definidas como (digamos) «O poeta grego que escreveu *A Ilíada* e *A Odisseia*» e «O décimo planeta do sistema solar» (respectivamente), obtemos as seguintes regimentações para as frases 5 e 6: 5* $\exists x [Ix \wedge \forall y (Ix \rightarrow y = x)]$; 6* $\neg \exists x [Dx \wedge \forall y (Dy \rightarrow y = x)]$. As letras predicativas I, D correspondem aos predicados «é um poeta grego que escreveu *A Ilíada* e *A Odisseia*» e «é um décimo planeta do sistema solar». A intuição de que 5 e 6 exprimem ambas verdades é plenamente preservada: no primeiro caso, porque uma só pessoa (Homero) satisfaz I; no segundo, porque nada satisfaz D. Neste estilo de formalizações, o verbo «existir» tem como contraparte o quantificador existencial, o qual pode aí continuar a ser visto como um predicado de ordem superior. Assim, poderíamos dizer, por exemplo, que a frase 5 é acerca de um conceito, o conceito *Poeta Grego que escreveu A Ilíada e A Odisseia*, e estabelece que sob esse conceito cai em contextos do tipo ilustrado pelas frases 5 e 6, a palavra «existe» funciona exactamente como funciona em contextos do tipo ilustrado pelas frases 1 e 2, como um predicado de ordem superior (o quantificador existencial).

Um dos argumentos mais frequentemente usados para rejeitar a doutrina de que «existe» é aquilo que parece ao ocorrer em frases como 5 e 6, designadamente um predicado monádico de primeira ordem, procura defender o ponto de vista de Russell. O argumento é o seguinte: Se as frases existenciais singulares afirmativas como 5 tiverem a forma lógica de predicções monádicas, então, se verdadeiras, serão invariavelmente não informativas ou triviais (num certo sentido). Com efeito, em traços largos, o seguinte tipo de especificação de condições de verdade para predicções monádicas é consensual. Uma predicção monádica *Fa* é verdadeira se, e só se,

há um objecto *x* tal que o termo singular *a* designa *x* e o predicado *F* se aplica a *x*. Por conseguinte, 5 é verdadeira se, e só se, há uma pessoa designada pelo nome «Homero» e o predicado «existe» aplica-se a essa pessoa. Ora, supondo que não há objectos não existentes (e portanto que não é possível referir tais objectos), se soubermos que o nome «Homero» designa algo, que há uma pessoa referida pelo nome, então estabelecemos, *eo ipso*, 5 como verdadeira. E é esse o sentido no qual uma frase como 5 não é informativa, ou é trivial: temos, por hipótese, o objecto denotado; predicar depois a existência desse objecto não acrescenta nada de novo, não traz nada que não soubéssemos antes. Compare-se isto com uma predicção monádica como «Homero embebedou-se»; aqui a mera informação de que «Homero» é um nome não vazio não é manifestamente suficiente para determinar a frase como verdadeira. Todavia, parece óbvio que frases existenciais positivas verdadeiras como 5 são de algum modo informativas; logo, condições de verdade que as façam surgir como triviais são as condições de verdade erradas. Por outro lado, analogamente, se frases existenciais singulares negativas como 6 fossem vistas como tendo a forma lógica de predicções monádicas, então, se verdadeiras, seriam invariavelmente não informativas ou triviais (no sentido anterior). Com efeito, se lhes aplicarmos a especificação *supra* de condições de verdade, obtemos o seguinte: 6 é verdadeira se, e só se, ou não há qualquer objecto designado pelo nome «Vulcano», ou então há um tal objecto mas ele não satisfaz o predicado «existe». Ora, supondo de novo que não há objectos não existentes, o último ramo da disjunção é necessariamente falso. Logo, basta sabermos que o nome «Vulcano» não designa nada, que não há qualquer objecto referido pelo nome, para estabelecemos 6 como verdadeira. Todavia, parece óbvio que frases existenciais negativas verdadeiras como 6 são de algum modo informativas; logo, condições de verdade que as façam surgir como triviais são as condições de verdade erradas. Estas dificuldades resultam da ideia de que frases existenciais singulares têm a

existência

forma lógica de predicacões monádicas; e alega-se que elas são completamente superadas num ponto de vista, o de Russell, na qual essa ideia é abandonada e substituída pela doutrina de que essas frases têm de facto a forma lógica de quantificações existenciais. Nesse ponto de vista, o carácter potencialmente informativo de 5 seria prontamente explicado: pode ser uma novidade saber que sob o conceito *Poeta Grego que escreveu A Ilíada e A Odisseia* (ou algo do género) cai uma, e apenas uma, pessoa — *mutatis mutandis* em relação à verdade e à natureza potencialmente informativa de 6.

É possível encontrar argumentos com o mesmo género de inspiração em Kant e Russell. Na *Crítica da Razão Pura* (A590/B618 *et seq.*), Kant defende a ideia de que a existência não é uma característica real de um objecto. E isto é entendido no seguinte sentido: adicionar a existência ao nosso conceito de um objecto dado (àquilo que já sabemos acerca dele, por exemplo, que é um tigre, que é carnívoro, que é um mamífero, etc.) nada acrescentaria de novo, nada de informativo, ao conceito; ao passo que adicionar a esse conceito uma característica genuína (por exemplo, a propriedade de ser um felino) poderia acrescentar algo de novo, algo de informativo, ao conceito. Por seu lado, Russell adopta a posição extrema de classificar frases da forma $\lceil \text{NN existe} \rceil$ e $\lceil \text{NN não existe} \rceil$, em que NN é desta vez um nome genuíno ou logicamente próprio (e não um nome próprio corrente), como simplesmente destituídas de sentido (Russell 1956: 250–152). Os nomes genuínos nomeiam necessariamente algo: não é possível deixarem de referir um objecto; e, ao contrário dos nomes correntes, tem-se uma garantia de que isso é assim. Os paradigmas de nomes logicamente próprios são, para Russell, nomes atribuídos por uma pessoa às suas próprias sensações e a outros particulares mentais «privados». Logo, qualquer frase da forma $\lceil \text{NN existe} \rceil$ não pode deixar de ser verdadeira; na terminologia de David Pears (Pears 1967), trata-se de uma tautologia referencial. E, pela mesma razão, qualquer frase da forma $\lceil \text{NN não existe} \rceil$ não pode deixar de ser falsa; trata-

se de uma contradição referencial. Estes factos constituiriam um indício de que algo está logicamente errado com tais frases, sendo destituído de sentido combinar o predicado gramatical «existe», bem como o seu complemento «não existe», com um nome logicamente próprio.

Há duas maneiras de resistir ao tipo de argumentação delineado. A primeira é rejeitar a premissa nele usada segundo a qual não há objectos não existentes e não é possível referir tais objectos; essa é a posição meinongiana, a qual consideraremos daqui a pouco. A segunda consiste em aceitar aquela premissa e observar que aquilo que o argumento de facto demonstra é apenas que «existe» é, pelo menos nos contextos sob consideração, um predicado de primeira ordem especial, um predicado verdadeiro de qualquer objecto; e o seu complemento «não existe» um predicado falso de qualquer objecto. Ora, argumenta-se, não há nada de errado num predicado desse género. Aliás, existem outros casos de predicados «tautológicos», casos acerca dos quais não é plausível levantar qualquer suspeita; por exemplo, predicados como «é idêntico a si mesmo» e «é verde ou não é verde» são predicados monádicos de primeira ordem correctos e que se aplicam a todos os objectos. Por outro lado, o argumento de Russell parece confundir duas coisas que há que distinguir liminarmente: de um lado, o carácter não informativo ou trivial (no sentido anterior) que uma frase existencial como 5 teria, se «existe» fosse um predicado daquela natureza; do outro lado, o estatuto modal de 5, ou seja, a circunstância aparente de 5 ser uma frase necessariamente verdadeira. A primeira destas coisas poderia ser concedida ao proponente do argumento russelliano, sem que, no entanto, fosse vista como o sinal de um erro. Quanto à segunda, ela pode (e deve) ser rejeitada. De facto, frases verdadeiras como 5, em que o objecto referido pelo termo singular é um existente contingente (uma pessoa), não exprimem de forma alguma verdades necessárias: uma situação contrafactual onde o referente actual do nome «Homero» (por hipótese, a pessoa Homero) não exista, é uma situação que

torna 5 numa verdade contingente. O ponto pode ser reformulado da seguinte maneira. Ao passo que a afirmação *de dicto* «necessariamente, tudo existe», ou «necessariamente, o predicado «existe» se aplica a todos os objectos», é verdadeira e capta a ideia de que «existe» é um predicado monádico especial com aquelas características, a afirmação *de re* correspondente «Tudo existe necessariamente», ou «Todo o objecto é tal que o predicado «existe» se lhe aplica com necessidade», é falsa e não capta aquela ideia.

Regressaremos à posição subjacente a esta réplica mais adiante; por agora, é bom notar que ela é parte de uma posição que constitui uma alternativa possível não apenas à teoria russelliana, na medida em que é nela subscrita a tese de que a existência é (ou pode ser) uma propriedade de primeira ordem, mas também à teoria meinongiana, na medida em que nela é subscrita a tese de que não há objectos não existentes. Por uma questão de conveniência, referir-nos-emos a essa posição como a teoria híbrida da existência; a razão da designação deve-se ao facto de, nessa teoria, o predicado de existência ser por vezes um predicado de predicados e por vezes um predicado de primeira ordem.

Em todo o caso, e independentemente do que se venha a pensar acerca daquele género de réplica, há boas razões para considerar a doutrina russelliana acerca de frases existenciais do tipo A como uma doutrina implausível. Essas razões são basicamente as seguintes: A doutrina depende crucialmente de um ponto de vista semântico, a teoria descritivista de nomes próprios e de outros termos singulares, o qual foi convincentemente exibido como incorrecto por meio de um conjunto de conhecidos argumentos construídos por Hilary Putnam, Kripke, e outros (*ver* REFERÊNCIA, TEORIAS DA). Presentemente, são muitos os filósofos que acham que esses argumentos estabelecem, de forma convincente, a conclusão de que o significado de um nome próprio, bem como o significado de (digamos) um termo para uma categoria natural, não pode de forma alguma ser dado

numa descrição definida cuja função seja a de introduzir um conjunto de propriedades conjuntamente suficientes e separadamente necessárias para determinar um objecto (caso exista) como o referente do nome ou do termo. O ponto de vista russelliano ou quantificacional resolveria de forma elegante e eficaz os problemas associados às afirmações existenciais do tipo A; mas apenas sob a suposição de que a teoria descritivista do significado é uma teoria correcta. Infelizmente, muita coisa parece militar contra tal suposição.

Consideremos agora a doutrina meinongiana na sua aplicação à categoria A de frases. Além de adoptar a distinção já mencionada entre quantificação e existência (não é verdade que haja apenas aquilo que existe), a doutrina adopta também uma distinção naturalmente associada com aquela: a distinção entre referência e existência (não é verdade que só possa ser referido aquilo que existe). A ideia é que, tal como é possível quantificarmos sobre objectos não existentes, também é possível referirmo-nos a eles através de nomes próprios e de outros termos singulares. Assim, de entre os objectos que compõem o domínio de quantificação, a chamada «casa do ser», alguns não existem; e, de entre estes últimos, pelo menos alguns podem ser nomeados. Dadas considerações deste género, formalizações meinongianas para frases como 5 e 6 surgem imediatamente, sendo as expressões «existe» e «não existe» tratadas aí exactamente da mesma maneira que nas frases 1–4, como predicados monádicos verdadeiros ou falsos de particulares. Assim, teríamos regimentações do seguinte género (respectivamente): 5**) Eh ; 6**) $\neg Ev$. E é como antes e h e v são constantes individuais que correspondem, numa interpretação intencionada, aos nomes «Homero» e «Vulcano». Em suma, em contextos do tipo ilustrado pelas frases 5 e 6, a palavra «existe» funciona exactamente como parece funcionar. A intuição de que 5 e 6 exprimem ambas verdades é plenamente preservada: no primeiro caso, porque há um objecto referido e ele é um dos existentes; no segundo caso, porque há um objecto referi-

existência

do mas ele não é um dos existentes. E a teoria não teria qualquer dificuldade em explicar o carácter potencialmente informativo de frases verdadeiras, negativas ou positivas, do tipo A. Por conseguinte, e em geral, o caso problemático de frases do tipo A é igualmente acomodado numa teoria meinongiana de uma forma elegante e eficaz.

Infelizmente, a teoria tem características que a tornam pouco recomendável, pelo menos aos olhos de um número razoável de filósofos. Uma dessas características é justamente a distinção entre ser e existir, vista por muitas pessoas como uma daquelas distinções às quais não corresponde qualquer diferença genuína; por exemplo, parece um tanto ou quanto *ad hoc* estabelecer uma diferença entre «Há pandas vermelhos no Zoo» e «Existem pandas vermelhos no Zoo». Outra característica negativa, cuja motivação é de algum modo a primeira, é a exuberância ontológica, a panóplia de entidades admitidas por uma metafísica meinongiana. Parece não haver limites para a inflação ontológica de não existentes caucionada pela teoria. De facto, qualquer predicado serve para introduzir objectos de uma certa categoria no reino do ser, aqueles que satisfazem o predicado, sejam eles objectos existentes ou não existentes; e qualquer termo singular (especialmente uma descrição definida) serve para introduzir um objecto específico no reino do ser, o objecto denotado pelo termo, seja ele um objecto existente ou não existente. Isto constitui uma ofensa para quem, como Russell, tenha um sentido robusto da realidade; ou para quem, como Quine, tenha um gostinho especial por paisagens desertas; ou ainda para quem, como a maioria dos filósofos vivos, tenha fortes convicções naturalistas. Além disso, na teoria meinongiana, a exuberância ontológica é combinada com aquilo que parece uma manifesta violação do princípio conhecido como NAVALHA DE OCKHAM, o qual é um princípio regulador correcto para qualquer ontologia, estabelecendo que não se deve multiplicar objectos além do necessário. Pode perguntar-se, por exemplo, qual é a justificação para a

introdução meinongiana de *impossibilia* como quadrados redondos, ou mesmo de *possibilia* como o filósofo português que bebeu a cicuta. Que função desempenham supostamente esses objectos, e o que os faz alegadamente passar o teste da navalha? Tais entidades não são tornadas indispensáveis pelo facto de a sua postulação ser necessária para fins semânticos, de maneira a que a frases como «O filósofo português que bebeu a cicuta não existe» e «Não existem quadrados redondos» possam ser atribuídas condições de verdade que as façam surgir como verdadeiras; pois, como Russell e Quine nos ensinam, tal postulado não é de forma alguma necessário. Em terceiro lugar, a doutrina meinongiana enfrenta dificuldades internas irreparáveis. Tome-se o predicado «quadrado redondo existente». Tal como qualquer outro predicado, este também introduz no reino do ser uma categoria de objectos, aqueles que o satisfazem; essa seria a categoria dos quadrados redondos existentes. Mas, se não existem quadrados redondos, então *a fortiori* também não existem quadrados redondos existentes, o que é uma contradição.

No entanto, e muito embora tal possa não ser suficiente para nos persuadir a aceitar a teoria, há que reconhecer que é possível refinar a teoria meinongiana de maneira a que algumas daquelas críticas sejam contrariadas (Parsons 1995). Assim, com respeito às duas últimas objecções, é possível impor determinadas restrições sobre os predicados disponíveis de maneira a que apenas alguns deles sejam tidos como apropriados para introduzir objectos (e o mesmo se aplica a descrições definidas, uma vez que estas são compostas por predicados). Dois géneros de restrições podem ser introduzidas para o efeito. Em primeiro lugar, tem sido proposta uma distinção entre predicados nucleares, como os predicados «quadrado» e «redondo», e predicados não nucleares, como «existe» (Zalta 1995). A ideia é então a de que só os predicados nucleares introduzem objectos. Consequentemente, a terceira objecção *supra* seria infundada pois o predicado complexo «quadrado redondo existente» não é um predicado nuclear, em virtude de conter um

predicado constituinte não nuclear, e não introduz assim quaisquer objectos no domínio (todavia, a manobra não seria suficiente para impedir que uma descrição como «O quadrado redondo» nos comprometesse com um *impossibilia*). Em segundo lugar, poder-se-ia fazer regular a ontologia meinongiana pela navalha de Ockham. Assim, um predicado introduziria objectos de um certo género somente se esses objectos desempenhassem uma certa função numa dada teoria, ou fossem indispensáveis para certos fins teóricos ou científicos. Isto permitiria presumivelmente excluir de uma metafísica meinongiana *impossibilia* como quadrados redondos e putativos *possibilia* como o filósofo português que bebeu a cicuta e o actual Rei de Inglaterra. Mas, por outro lado, permitiria presumivelmente conservar objectos abstractos, como proposições, com base na sua indispensabilidade para fins de semântica e psicologia, e ainda certos *possibilia*, como a pessoa que teria surgido caso este espermatozóide tivesse fecundado este óvulo, com base na sua indispensabilidade para acomodar algumas das nossas linguagens contrafactuais. Por conseguinte, e em geral, afinal sempre poderia haver limites, mesmo do ponto de vista de Meinong, para a introdução de objectos não existentes; e poderia assim resistir-se às críticas do segundo género. Finalmente, em relação ao primeiro género de objecções, o ontólogo meinongiano poderia argumentar que a sua distinção entre ser e existir permitir-lhe-ia, admitida, por exemplo, a indispensabilidade de certos tipos de objectos abstractos (como números, classes, e proposições), afirmar que há objectos desses sem estar por isso obrigado a fazer a afirmação um tanto chocante de que existem objectos desses; ilustrando, para ele seria então verdade que há números pares primos mas falso que tais números existem. Todavia, esta réplica não é completamente convincente. Ela depende criticamente de uma noção de existência restrita a objectos identificáveis, pelo menos em princípio, no espaço e no tempo. Ora, tal restrição pode ser plausivelmente abandonada, sendo a distinção *supra* tornada assim redundante. Com efeito, é possível introduzir de forma coerente

uma noção de existência de natureza puramente lógica, sem quaisquer conotações espaciotemporais; e, à luz dessa noção, tanto é verdadeira a afirmação de que pessoas canhotas existem como é verdadeira a afirmação de que existem números pares primos.

Resta-me dizer alguma coisa sobre aquela posição no espaço lógico a que chamei teoria híbrida da existência, a qual julgo representar uma alternativa credível quer em relação ao ponto de vista russelliano quer em relação ao ponto de vista meinongiano. Apesar de haver uma diversidade de versões possíveis, tomarei uma teoria híbrida, caracterizável pelas seguintes teses: I) quanto ao tópico III, pela doutrina de que todos os objectos existem (não há objectos não existentes); II) quanto ao tópico II, pela doutrina de que há contextos nos quais o verbo «existir» funciona como um predicado de primeira ordem; e III) quanto ao tópico I, pela doutrina associada de que frases existenciais do tipo *a* têm uma forma lógica distinta da atribuível a frases existenciais das outras categorias: nomeadamente, elas têm a forma de predicacões monádicas.

Tomemos, em primeiro lugar, a tese III. E consideremos para o efeito frases da forma '*a* existe' e '*a* não existe', em que *a* é um termo singular logicamente simples (para os nossos propósitos, basta considerar o caso em que *a* é um nome próprio corrente). Regimentações que poderiam ser propostas numa teoria híbrida para frases deste género inspiram-se numa sugestão feita por Quine (1969: 94) e são dadas nas seguintes fórmulas da lógica de primeira ordem com identidade: $\exists x x = a$ e $\neg \exists x x = a$. A primeira fórmula pode ler-se como «*a* é idêntico a pelo menos um objecto no domínio» ou «*a* é o valor de uma (alguma) variável»; e a segunda fórmula pode ler-se como «todos os objecto no domínio são distintos de *a*», ou «*a* não é o valor de nenhuma variável». Assim, a forma lógica das nossas frases existenciais singulares 5 e 6 seria especificada do seguinte modo (respectivamente): 5***) $\exists x h = x$; 6***) $\neg \exists x v = x$, com as constantes individuais *h* e *v* a serem interpretadas como antes.

existência

Alternativamente, poder-se-ia equipar a linguagem da lógica de primeira ordem com identidade com uma nova constante predicativa monádica de existência, E , a qual seria definida da seguinte maneira: $Et \equiv \exists x x = t$ (em que t é um TERMO dessa linguagem). O predicado de existência, E , seria assim dotado de uma semântica fixa, isto é, constante ao longo de interpretações, o que pode ser visto como uma marca característica de uma noção lógica (*ver* CONSTANTE LÓGICA). A extensão de E , relativamente a uma interpretação dada, seria justamente a classe de todos aqueles objectos, e só daqueles objectos, que pertencem ao domínio da interpretação em questão; ou seja, o predicado de existência é verdadeiro de todo o objecto no domínio (e só de objectos no domínio). Por conseguinte, a forma lógica de frases do tipo 'a existe' e 'a não existe' poderia ser especificada, de forma equivalente, através de fórmulas do género Ea e $\neg Ea$; deste modo, formalizações alternativas, mas logicamente equivalentes, para as frases 5 e 6 seriam dadas justamente nas fórmulas 5** e 6**, mas com E a ser agora interpretada da maneira descrita.

Em qualquer dos casos, subjacente a esse estilo de formalizações para frases existenciais do tipo A está a doutrina II, a doutrina de que, pelo menos nesses contextos, «existe» é um predicado aplicável a particulares. De facto, uma expressão como « ξ é idêntico a pelo menos um objecto» ($\exists x \xi = x$), em que a letra ξ é usada à maneira de Frege como um simples indicador de um lugar vazio, não é senão uma expressão predicativa monádica de primeira ordem, uma expressão cuja extensão é uma certa classe de particulares. Por outro lado, se tal é correcto, então é agora fácil ver que é erróneo identificar, como frequentemente se faz, a tese de que a existência é invariavelmente uma propriedade de ordem superior, tese essa rejeitada na teoria híbrida, com a tese de que a nossa noção de existência se deixa captar por meio da noção de quantificação existencial objectual da lógica clássica, tese essa de certa maneira adoptada na teoria híbrida (como se pode verificar pelas formalizações propostas).

Além disso, diversas considerações de natureza positiva militam a favor da doutrina de que «existe» pode funcionar como um predicado de objectos. Como Mackie 1976 notou contextos modais como «Sócrates poderia não ter existido» e contextos epistémicos como «Não sabia que esta praia existia» constituem indícios razoáveis de que «existe» é por vezes um predicado de primeira ordem. Com efeito, e simplificando um pouco, tais construções resultam manifestamente da prefixação a predicados monádicas da forma 'a existe' de operadores modais («Possivelmente, não se dá o caso de») ou epistémicos («Não se dá o caso de eu saber que»); ora, a inteligibilidade das construções em questão exige assim que a combinação de um termo singular genuíno com o predicado «existe» seja perfeitamente correcto do ponto de vista da forma lógica. (Contextos temporais, como «Fernando Pessoa já não existe», têm sido invocados para os mesmos fins.)

Obviamente, as regimentações propostas pressupõem também a doutrina III, a doutrina de que tudo existe. Note-se, a título de contraste, que Et e $\exists x x = t$ não são fórmulas logicamente equivalentes à luz de uma teoria meinnongiana: a segunda é uma verdade lógica nesse ponto de vista, mas a primeira pode naturalmente ser falsa. A doutrina III é representável, na linguagem objecto, por meio da fórmula $E) \forall x Ex$; ou por meio da fórmula logicamente equivalente $E\uparrow) \forall x \exists y y = x$. E ambas as fórmulas são validades da lógica de primeira ordem com identidade, ou seja, fórmulas verdadeiras em qualquer interpretação. Observe-se também, a este respeito, que a fórmula que resulta de E por NECESSITAÇÃO, a saber, a fórmula *de dicto* $\Box \forall x Ex$ («Necessariamente, tudo existe»), é uma validade da lógica modal quantificada *standard*; ao passo que uma fórmula algo aparentada, a fórmula *de re* $\forall x \Box Ex$ («Tudo existe necessariamente»), não é aí de forma alguma uma validade (*ver* FÓRMULA DE BARCAN). Por último, repare-se que a doutrina de que tudo existe não está inevitavelmente comprometida com uma ontologia marcada por uma pobreza franciscana; em especial, a dou-

trina não está inevitavelmente comprometida com um universo nominalista, povoado apenas por particulares materiais. A adopção de uma noção puramente lógica de existência, cuja extensão estivesse livre de restrições espácio-temporais e fosse regulada apenas pela navalha, permitiria presumivelmente tornar a doutrina compatível com a admissão, entre os itens existentes, de objectos abstractos como números e classes e de universais como propriedades e relações.

Quanto ao género de tratamento a dar numa teoria híbrida às categorias B e C de frases existenciais, uma possibilidade consistiria simplesmente em adoptar em relação a elas o tratamento russelliano, ou seja, representar essas frases como tendo basicamente a forma lógica de quantificações existenciais. Essa seria talvez a opção mais natural em relação a frases do tipo C. Em relação a frases do tipo B, a opção dependeria ainda de uma adopção da concepção russelliana das descrições como quantificadores de um certo tipo, o que constitui um tópico relativamente independente. Em todo o caso, a teoria híbrida tornar-se-ia imediatamente vulnerável à objecção de que nela o verbo «existir» seria tratado como ambíguo, ocorrendo umas vezes como um predicado de ordem superior, designadamente em construções dos tipos B e C, e outras vezes como um predicado de primeira ordem, designadamente em construções do tipo A. Ora, argumenta-se, a existência de tal ambiguidade na palavra é absolutamente intolerável e deve ser tomada como proporcionando uma *reductio ad absurdum* de qualquer teoria que fosse obrigada a admiti-la. Todavia, objecções desta natureza estão longe de ser convincentes; muito embora fosse sem dúvida preferível ter uma teoria unitária. Em primeiro lugar, é possível argumentar no sentido de distinguir entre, de um lado, casos em que uma palavra é ambígua, e, do outro lado, casos em que uma palavra é susceptível de desempenhar funções diferentes em construções diferentes. Poderíamos achar que a palavra «existe», em contraste com a palavra «banco» (por exemplo), pertence à segunda catego-

ria e é susceptível de desempenhar um papel dual, ocorrendo como um predicado de predicados e ocorrendo como um predicado de coisas. Não é claro que tal fosse uma desvantagem séria para a teoria. Em segundo lugar, há outras palavras que têm um comportamento análogo, ao nível da forma lógica, ao que é proposto para «existe»; e em relação a elas não é sequer plausível levantar qualquer dificuldade. Por exemplo, é habitual falar-se da diversidade de funções que a cópula pode desempenhar, sem que com isso se considere necessariamente a palavra «é» como ambígua. É assim usual distinguir entre as formas lógicas de frases como «A baleia branca é um mamífero», «Moby Dick é uma baleia», «Aquela baleia é Moby Dick» e «Este anel é de osso de baleia», em termos de uma distinção entre o «é» da inclusão (de classe), o «é» da exemplificação, o «é» da identidade e o «é» da constituição (respectivamente). Ou, tomando outro caso, considere-se a palavra «desapareceu» ao ocorrer em frases como «O meu exemplar de *Naming and Necessity* desapareceu da estante» e ao ocorrer em frases como «O lobo ibérico desapareceu do nordeste transmontano». No primeiro contexto, a palavra desempenha manifestamente o papel de um predicado de primeira ordem, e no segundo o papel de um predicado de segunda ordem; mas, obviamente, não é ambígua. Por conseguinte, e em geral, uma teoria híbrida estaria em condições de propor para as frases 1 a 4 justamente as regimentações 1* a 4*.

O calcanhar de Aquiles de uma teoria híbrida não é então o tratamento assimétrico nela dado, de um lado a frases existenciais gerais, e, do outro, a frases existenciais do tipo A. A noção de quantificação existencial é utilizada para especificar a forma lógica em todos os casos, relativamente a todas as categorias de afirmações de existência. O calcanhar de Aquiles da teoria é antes o caso de frases existenciais singulares negativas verdadeiras, como a frase 6. A teoria não consegue, aparentemente, dar conta deste caso. O problema é o seguinte: Na lógica clássica de primeira ordem, a fórmula $\exists x a = x$ (ou a fórmula logicamente equiva-

existência

lente $\exists a$), a qual é na teoria híbrida vista como proporcionando a forma lógica de frases do tipo 'a existe', é uma validade. De facto, qualquer interpretação da fórmula faz necessariamente corresponder um certo objecto, no domínio da interpretação, à constante individual a como a denotação ou extensão da constante nessa interpretação; e isso é o suficiente para tornar a fórmula verdadeira em cada interpretação. Consequentemente, a sua negação, a fórmula $\neg\exists x a = x$ (ou a fórmula logicamente equivalente $\neg\exists a$), a qual é a regimentação proposta para frases do tipo 'a não existe', é uma falsidade lógica, uma fórmula falsa em todas as interpretações. Mas, se assim é, então não há qualquer interpretação na qual a fórmula (6**) seja verdadeira; por conseguinte, a frase existencial singular negativa 6 surge afinal como falsa, o que entra em flagrante conflito com a intuição de que se trata de uma frase verdadeira. Uma teoria híbrida não dispõe assim de meios para explicar a existência de frases existenciais negativas verdadeiras.

Esta objecção introduz, creio, uma dificuldade séria para qualquer teoria híbrida. Uma maneira possível de lhe escapar consistiria em mudar de lógica, substituindo a habitual lógica clássica de primeira ordem por uma lógica livre de primeira ordem — livre relativamente à denotação das constantes individuais; ou seja, por uma lógica cuja semântica autoriza a existência de interpretações de fórmulas com constantes individuais nas quais nenhum objecto no domínio é atribuído às constantes individuais como a sua denotação ou extensão. Consequentemente, a fórmula $\exists x a = x$ não é uma validade nessa lógica, pois é falsa numa interpretação na qual a extensão de a seja nula. E a fórmula $\neg\exists x a = x$ não é uma falsidade lógica, podendo assim (6**) ser dotada de uma interpretação na qual surge como verdadeira e sendo deste modo acomodada a verdade intuitiva da frase 6. Outra vantagem de tal mudança de lógica seria a de que excepções de um certo género à regra da necessitação deixariam de estar disponíveis. A fórmula $\exists x a = x$ (a existe) é um teorema da lógica clássica de primeira ordem e, assim, um

teorema da lógica modal quantificada; mas a sua necessitação, $\Box \exists x a = x$ (a existe necessariamente), não é um teorema da lógica modal quantificada (pois é falsa numa certa interpretação). Em contraste com estes resultados, numa lógica livre daquele género, a primeira fórmula não é um teorema e assim não temos aqui excepções à regra da necessitação.

Há dois problemas com este tipo de manobra. O primeiro é que muita gente não está simplesmente disposta a abandonar a lógica clássica, pelo menos com base em razões de tal natureza. Em especial, muita gente não está inclinada a aceitar as complicações que as lógicas livres trazem relativamente a alguns dos princípios mais básicos de inferência da lógica de primeira ordem. Estes princípios deixariam de ter a simplicidade e a pureza cristalina que têm na lógica clássica. Ilustrando, a regra de eliminação de \forall , na sua versão clássica, não é válida numa lógica livre daquele tipo; basta reparar que, enquanto a fórmula que exprime a doutrina de que tudo existe, a saber, $\forall y \exists x y = x$, continua a ser uma validade nessa lógica, a fórmula $\exists x a = x$ não o é (como vimos). O resultado, aqui e noutros casos, é uma complexificação das regras de inferência que muitas pessoas vêem como prejudicial e desnecessária. A segunda dificuldade é a de que a manobra, mesmo que correcta, apenas resolveria o problema técnico, deixando o problema filosófico por resolver. Este último é um problema relativo ao CONTEÚDO de frases existenciais singulares negativas, àquilo que é nelas dito: as proposições que tais frases exprimem em ocasiões dadas de uso. Os argumentos introduzidos por Kripke e outros contra a doutrina descritivista dos nomes podem ser vistos como estabelecendo, pelo menos, o seguinte resultado. O conteúdo proposicional de um nome (ou seja, aquilo que o nome contribui para determinar a proposição expressa por uma frase na qual ele ocorra) não pode ser completamente dado numa representação puramente conceptual ou qualitativa de algo, mas é objectualmente dependente no seguinte sentido: a sua identidade e existência dependem da identidade e existência do objecto nomeado. Por conseguinte, no

caso de nomes vazios como «Vulcano», como não há objecto nomeado, o nome não pode ser dotado de um conteúdo proposicional completo (ou de um conteúdo proposicional, se adoptarmos uma doutrina que identifique conteúdo e objecto). Logo, qualquer frase em que um desses nomes ocorra, por exemplo, 6, não é capaz de exprimir uma proposição determinada; o que é o mesmo que dizer que não exprime qualquer proposição (se não há objecto, não há proposição completa, e, se não há proposição completa, não há proposição). Consequentemente, se não há nada que uma frase como 6 exprima ou diga, então *a fortiori* 6 ela também não pode exprimir uma verdade — nem uma falsidade, por sinal! Uma teoria híbrida parece assim ser incapaz de lidar com o caso de existenciais negativas verdadeiras (embora tentativas engenhosas tenham sido recentemente feitas para resolver o problema, como Adams e Stecker 1994). Naturalmente, a dificuldade não surge nem no ponto de vista russelliano, em que o conteúdo de um nome é puramente descritivo e portanto objectualmente independente (e em que 6 pode assim exprimir uma proposição completa e verdadeira), nem no ponto de vista meinongiano, em que um nome como «Vulcano» não é um nome vazio e portanto o seu conteúdo pode bem ser objectualmente dependente — e em que 6 pode assim exprimir uma proposição completa e verdadeira. *Ver também* COMPROMISSO ONTOLÓGICO; ARGUMENTO ONTOLÓGICO; NOMINALISMO; QUANTIFICAÇÃO GENERALIZADA; LÓGICA LIVRE; NECESSITAÇÃO; POSSIBILIA. JB

- Adams, F. e Stecker, R. 1994. Vacuous Singular Terms. *Mind and Language* 9: 387–401.
- Kant, I. 1787. *Crítica da Razão Pura*. Trad. M. P. dos Santos et al. Lisboa: Gulbenkian, 1985.
- Kaplan, D. 1989. Afterthoughts. In J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, orgs., *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press.
- Mackie, J. L. 1976. The Riddle of Existence. *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volume*.
- Meinong, A. 1960. On the Theory of Objects. Trad. R. Chisholm, I. Levi e D. Terrell, in R. Chisholm,

- org., *Realism and the Background of Phenomenology*. Glencoe: The Free Press.
- Moore, G. E. 1936. Is Existence Never a Predicate? *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volume*.
- Parsons, T. 1980. *Non-existent Objects*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Parsons, T. 1995. Non-existent Objects. In J. Kim e E. Sosa, orgs., *A Companion to Metaphysics*. Oxford: Blackwell.
- Pears, D. 1967. Is Existence a Predicate? In P. F. Strawson, org., *Philosophical Logic*. Oxford: Oxford University Press.
- Quine, W. V. O. 1969. Existence and Quantification. In *Ontological Relativity and Other Essays*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Quine, W. V. O. 1948. Sobre o que Há. Trad. J. Branquinho, in *Existência e Linguagem*. Lisboa: Presença.
- Russell, B. 1905. On Denoting. *Mind* 14: 479–93.
- Russell, B. 1956. The Philosophy of Logical Atomism. In R. C. Marsh, org., *Logic and Knowledge*. Londres: Routledge.
- Strawson, P. F. 1974. *Freedom and Resentment*. Oxford: Oxford University Press.
- Zalta, E. N. 1995. Fictional Truth, Objects and Characters. In J. Kim e E. Sosa, orgs., *A Companion to Metaphysics*. Oxford: Blackwell.

existência, princípio da Esta designação é por vezes usada na literatura lógico-filosófica e metafísica para referir a tese, algo controversa, segundo a qual é impossível aquilo que não existe ter quaisquer atributos ou propriedades; ou seja, o princípio da existência estabelece que uma condição logicamente necessária para algo poder ser um sujeito de predicções é existir.

O princípio deixa-se representar pelo esquema de inferência

$$E) \Phi t \vdash Et$$

em que a letra esquemática Φ é substituível por um predicado monádico, E é o predicado de existência, e a letra esquemática t é substituível por um termo singular. (O esquema é facilmente generalizável a predicados de aridade arbi-